



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: (54) 3520 7000
99700-010 Erechim – RS



TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 025, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018.

O MUNICÍPIO DE ERECHIM, inscrito no CNPJ sob o n.º 87.613.477/0001-20, situado na Praça da Bandeira, n.º 354, em Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 99.700-010, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Senhor LUIZ FRANCISCO SCHMIDT, brasileiro, casado, advogado, portador do RG n.º 5000936764 – SSP/RS, inscrito no CPF sob o n.º 162.553.050-15, e pela Secretária Municipal de Assistência Social, Senhora LINIR ANTONIA CHIARELLO ZANELLA, brasileira, casada, portadora do RG n.º 5024108762 – SSP/RS, inscrita no CPF sob o n.º 884.411.800-91, ambos residentes e domiciliados nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública, e a ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA DA JUVENTUDE FEMININA CENTRO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO, inscrita no CNPJ sob n.º 60.533.940/0022-00, com sede na Rua Leopoldo Sperb, n.º 160, Bairro Morada do Sol, no Município de Erechim/RS, neste ato representada por sua Diretora, Senhora ABIGAIR VIOLA, inscrita no CPF sob n.º 123.448.930-91, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Leopoldo Sperb, n.º 160, doravante denominada Organização da Sociedade Civil (OSC), com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/2014 e no Decreto Municipal n.º 4.503/2017, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração tem finalidade a consecução de interesse público e recíproco, mediante a execução do projeto “Unidos para uma vida melhor”, proposto pela OSC, ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA DA JUVENTUDE FEMININA CENTRO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO, para atendimento da proteção social básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme disciplina a Res. CNAS 109/09 – Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, conforme metas, ações e prazos definidos no Plano de Trabalho, que é parte integrante do presente Termo.



2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará à OSC o valor de R\$ 10.443,63 (dez mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos), conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Colaboração.

2.2. Correrão as despesas pela conta da dotação orçamentária: 10.01.08.244.0009.2050.3.3.50.43.01.00.00 – Subvenções Sociais.

2.3. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.4. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

3. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Compete à Administração Pública:

I – Transferir os recursos à OSC de acordo com o estabelecido no presente instrumento e no Plano de Trabalho, que faz parte integrante deste Termo;

II – Fiscalizar a execução do presente Termo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III – Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração, prazo para corrigi-la;

IV – Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V – Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI – Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo;

VII – Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: (54) 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

ERECHIM
100 Anos
Aqui é nossa casa!

VIII – Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Dar a devida publicidade aos atos praticados na execução deste Termo, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 4.503/17.

3.2. Compete à OSC:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014 e deste Termo, relativas à aplicação dos recursos;

II – Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III – Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

V – Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VI – Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo;

VII – Responsabilizar-se, com os recursos provenientes deste Termo, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

VIII – Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo;

IX – Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;



X – Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo, bem como aos locais de execução do objeto;

XI – Utilizar, aplicar e movimentar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros nos termos definidos pela Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto nº 4.503/17;

XII – Na conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, devolver, à Administração Pública, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

XIII – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XIV – a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

XV – Informar o N° da Conta Bancária, quando da assinatura do termo. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta-corrente específica, conforme Art. 51 da Lei 13.019/2015;

XVI – Dar a devida publicidade aos atos praticados na execução deste Termo, em conformidade com o estabelecido no art. 11, da Lei n.º 13.019/14 e art. 53, do Decreto Municipal n.º 4.503/17.

4. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo, sendo vedado:

I – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;



II – modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pelo COMAS e pela Administração Pública;

III – utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV – pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

V – efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

VI – realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

4.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.

4.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

4.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

4.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.



5. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1. A prestação de contas deverá ser efetuada em até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência do presente Termo de Colaboração.

5.2. A prestação de contas dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:

I – Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

II – Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III – Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;

IV – Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

V – Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;

VI – Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo de Colaboração;

VII – Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua publicação, qual seja, 11 de setembro de 2018, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.



6.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

7. DAS ALTERAÇÕES

7.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros, aprovados pelo COMAS e pela Autoridade Superior e firmados antes do término de sua vigência.

7.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

8. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

8.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

8.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração através de seus gestores, e por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada, cujas competências e atribuições são estabelecidas pela Lei 13.019/14 e Decreto Municipal nº 4.503/17.

8.3. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

8.4. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo COMAS.

8.5. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

9. DA RESCISÃO

9.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Colaboração, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.



9.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Colaboração quando da constatação das seguintes situações:

- I – Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II – Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- III – Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Colaboração.

10. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

10.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 4.503/17, a Administração Pública poderá, em conformidade com a extensão do dano e gravidade da conduta e garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do Município de Erechim, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

11. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

11.1. O foro da Comarca de Erechim/RS é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração.

11.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: (54) 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

ERECHIM
100 Anos
Aqui é nossa casa!

reunião, com a participação da Procuradoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria do Município.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Colaboração, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Erechim/RS, 10 de Setembro de 2018.

LUIZ FRANCISCO SCHMIDT
Prefeito Municipal de Erechim

ABIGAIL VIOLA
Associação Instrutora da Juventude Feminina
Centro Educacional Santo Agostinho

LINIR ANTONIA CHIARELLO-ZANELLA
Secretária Municipal de Assistência Social
Fabiana Rocha Tonin Cavaghi
Secretária Adjunta de
Assistência Social
Portaria 048/2017

SIMONE MORINI MESACASA
Gestora Titular do Termo de Colaboração
Secretaria Municipal de Assistência Social

MARISTELA ZORDAN
Gestora Adjunta do Termo de Colaboração
Secretaria Municipal de Assistência Social

Testemunhas:



RECEBIDO EM 30/10/18

POR:

CENTRO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO
Rua Leopoldo Sperb, 160, Morada do Sol, Erechim/RS
CNPJ 60.533.940/0022-00

P.M. ERECHIM
Fls. 510
S.M.C.

Plano de Trabalho COMAS

Chamamento 09/2018

1 - DADOS CADASTRAIS E CARACTERÍSTICAS:

Nome da Entidade: Associação Instrutora da Juventude Feminina Centro Educacional Santo Agostinho		
C.N.P.J: 60.533.940/0022-00		
Endereço: Rua Leopoldo Sperb, 160 - Morada do Sol		
Município: Erechim		C.E.P: 99704-344
DDD/Telefone/FAX: (54)3321-1487		E-mail: cesantoagostinho@gmail.com
Data de constituição: 31/05/1999		
Nome do Responsável: Abigail Viola		C.P.F. 123.448.930-91
Período do mandato: 03/01/2017 a 20/01/2019	C.I.1013882129 Órgão Expedidor: SSP/RS	Cargo: Diretora
Endereço: Rua Leopoldo Sperb, nº 160		C.E.P. 99704-344
Caracterização: A Associação Instrutora da Juventude Feminina (doravante denominada AIJF), mantenedora do Centro Educacional Santo Agostinho (CNPJ/MF 60.533.940/0022-00), é uma entidade de direito privado, do tipo Associação, de natureza confessional e beneficente, de caráter educacional, cultural, de assistência à saúde mental na área de psicologia e de assistência social, com atividade preponderante na área da educação, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF 60.533.940/0001-78. A AIJF está certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social, nos termos da Lei 12101/2009, em conformidade com a Portaria da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação de nº 73/2011. Através do Centro Educacional Santo Agostinho, a AIJF atua na atividade de Assistência Social em projetos, programas e serviços específicos. Estas ações socioassistenciais estão tipificadas e cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Erechim, nos termos das		

Resoluções CNAS 109/2009 e 16/2010, respectivamente. Estas ações são realizadas de forma gratuita, continuada e planejada para usuários e a quem delas necessitar, sem qualquer discriminação, para crianças, jovens e adultos.

Finalidade:

A AIJF, através do Centro Educacional Santo Agostinho, tem por finalidade promover ações e atividades de proteção social básica, com atendimento de forma planejada, continuada e permanente às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. É realizada a promoção social através da educação não formal, com atividades esportivas, culturais, religiosas e de comunicação social, para crianças, adolescentes, jovens e adultos.

2 - PROPOSTA DE TRABALHO

Nome do Projeto/Atividade: "Unidos para uma vida melhor"

Prazo de Execução: ARR 12 meses

Objetivo geral:

Oportunizar as mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio da oficina de produtos de higiene e limpeza, melhoria na autoestima, promover sua interação social, o conhecimento e colocar em prática no ambiente em que vive e também como alternativa de renda para a família.

Objeto da parceria:

Através da Oficina de Produtos de higiene e limpeza já existente na entidade, não é custeada por nenhum outro projeto em vigência. O objetivo da parceria é aumentar o desempenho, autoestima, conhecimento e motivação das mulheres nas atividades desenvolvidas, promovendo a inserção Social das mesmas.

Público alvo:

13 mulheres (acima de 18 anos), dos bairros Vila União, São Vicente de Paula, Morada do Sol, Copas Verdes e Parque Lívia, em situação de vulnerabilidade social e atende parcialmente oriundos do programa bolsa família ou usuários do BPC.

SP 2011
M. J.
P. J.

Descrição da realidade que será objeto da parceria:

Diante das ações já realizadas pela entidade como as diversas oficinas disponibilizadas, surgiu a necessidade de executar a oficina de produtos de higiene e limpeza , uma vez que o projeto apresentado está descrito no Plano de Ação da entidade e a mesma, devidamente inscrita no COMAS. Com o objetivo de dar ênfase as atividades realizadas na entidade realizando a inserção social de cerca de 13 (treze) mulheres acima de 18 anos, membros de grupos familiares em situação de vulnerabilidade social que são expostos a diversos riscos, e a oficina de produtos de higiene e limpeza vem de encontro com esta realidade, pois promove a inserção social, autoestima, bons hábitos e desenvolve a criatividade e aprendizado de novas habilidades a partir dos interesses e potencialidades desta faixa etária. Para a realização deste projeto será disponibilizada a equipe técnica, sendo uma Psicóloga com carga horária de 12 horas semanais e a Assistente Social com carga horária de 20 horas semanais.

Impacto social esperado:

Despertar nas mulheres o interesse pela autoestima, criatividade e conhecimento, conscientizando sobre a importância do meio ambiente, bons hábitos de higiene e limpeza para a melhoria da qualidade de vida e convivência social.

3. DESCRIÇÃO DE METAS

Metas	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1	1	Executar a oficina de Produtos de higiene e limpeza desenvolvida com mulheres acima de 18 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social .	Mulheres	13	ARR	12 meses
2	1	Promover a inserção e integração social.	Mulheres	13	ARR	12 meses
	2	Desenvolver hábitos saudáveis de higiene e limpeza com a ampliação desta oficina	Mulheres	13	ARR	12 meses

Ar.

2

SP

Handwritten signatures and initials.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES/ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS:

Meta		Ações	
1	Executar a oficina de produtos de higiene e limpeza com mulheres acima de 18 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade e social.	1	Realizando o contato e inscrição das mulheres
		2	Proporcionar maior condição de aprendizado na Oficina de Produtos de Higiene e Limpeza que já existe na entidade, duas vezes por semana, com duração de 03 horas, num total de 06 horas semanais, com duas turmas.
		3	Aprimorar a oficina, oferecendo maior apoio através da aquisição de materiais necessários. Material de consumo (soda em escama, álcool 92º ou 96º, banha, concentrado de amaciante, kit gel sem corante, concentrado de sabonete líquido, essências, aventais, luvas, baldes grandes de plástico, bacias de plásticos, mascaras e Material Permanente (Mesa e bancos para melhor desempenho das mesmas)
		4	Execução de uma oficina para o desenvolvimento de hábitos saudáveis, conhecimento e interação social das mulheres.
2	Promover a inserção do público alvo	1	Proporcionar autoestima, conhecimento, criatividade e habilidades, interação social das mesmas.

5. DESCRIÇÃO DOS PARAMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

Os parâmetros que serão utilizados neste projeto para a aferição dos cumprimentos das metas estabelecidas se dará através da lista de presença, onde os usuários deverão manter o comprometimento em realizar a oficina, serão permitidas três faltas consecutivas não justificadas, caso contrário perderão a vaga sendo inserido o próximo aluno da lista de espera.

6. PREVISÃO DE RECEITAS

Fonte:	Valor
Município de Erechim:	
- Material de Consumo (soda em escama, álcool 92º ou 96º, banha, concentrado de amaciante, kit gel sem corante, concentrado de sabonete líquido, essências, aventais, luvas, baldes grandes de plástico, bacias de plásticos e mascaras);	R\$7.310,55
- Material Permanente (mesas e bancos)	R\$ 3.133,08
Total geral	R\$ 10.443,63

SP

19

7. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS (R\$1,00)

Meta	Município	Total
- Material de Consumo (soda em escama, álcool 92° ou 96°, banha, concentrado de amaciante, kit gel sem corante, concentrado de sabonete liquido, essências, aventais, luvas, baldes grandes de plástico, bacias de plástico, mascaras);	R\$ 7.310,55	R\$ 7.310,55
- Material Permanente (mesas e bancos)	R\$ 3.133,08	R\$ 3.133,08
Total Geral	R\$ 10.443,63	R\$ 10.443,63

8. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

Meta 1		1° Mês	2° Mês	3 Mês	4° Mês	5° Mês	6° Mês
	Aquisição Material de Consumo	R\$2.436,85	R\$2.436,85	R\$2.436,85	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Aquisição Material Permanente	R\$3.133,08	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	
Meta 1		7° Mês	8° Mês	9° Mês	10° Mês	11° Mês	12° Mês
	Aquisição Material de Consumo	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Aquisição Material Permanente	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	

9. ESTIMATIVA DE DESPESAS

Meta 1	Despesa	1° Mês	2° Mês	3° Mês	4° Mês	5° Mês	6° Mês
	10.443,63		R\$870,33	R\$870,30	R\$870,30	R\$870,30	R\$873,30
		7° Mês	8° Mês	9° Mês	10° mês	11° Mês	12° Mês
		R\$870,30	R\$870,30	R\$870,30	R\$870,30	R\$870,30	R\$870,30

Erechim, 25 de julho de 2018.

Abigail Viola

Associação Instrutora da Juventude Feminina

Centro Educacional Santo Agostinho

Abigail Viola

SP

Declaração Plano de Trabalho
Chamamento 03/2018.

Referente cronograma de despesas
informamos que este será o
recebimento do recurso (ARR)
conforme informado no prazo de
execução constante no plano de
trabalho.

Ats-

Aligain Siola
Diretor.

SP.
AR. [Handwritten initials]